

CPI propõe mecanismos para fiscalizar sistema financeiro

Sete projetos de lei e duas resoluções do Senado fazem parte das sugestões apresentadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito para evitar operações temerárias de bancos e empresas em prejuízo de clientes



SOUTO DIZ QUE INVESTIGAÇÕES JÁ PRODUZEM RESULTADOS

O relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto, afirmou que as investigações da comissão produziram resultados imediatos. Um deles foi a decisão do Tribunal de Contas da União de exigir ressarcimento ao erário do dinheiro gasto indevidamente na obra do TRT de São Paulo.

PÁGINA 3

CCJ APRECIA CRIAÇÃO DE FUNDO CONTRA A POBREZA

A criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, prevista em emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães, é uma das propostas na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na quarta-feira. A proposta tem parecer favorável do relator, senador Lúcio Alcântara.

PÁGINA 4

\$ As mudanças sugeridas \$	
	Nova comissão permanente no Senado para fiscalizar a política econômica e financeira
	Mudanças na Lei das S/A para limitar a emissão de debêntures
	Banco Central terá mais acesso às informações das empresas
	Sociedades por cotas terão que publicar balanços
	Seguro-garantia para comprador de imóveis em construção
	Representante do TCU no Conselho Monetário Nacional

Mecanismos de aprimoramento da fiscalização financeira no país foram sugeridos no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o sistema financeiro. As propostas deverão ser encaminhadas por meio de sete projetos de lei e

duas resoluções do Senado. Uma das mudanças previstas, conforme o relatório, aprovado na quinta-feira, permitirá ao Sistema Central de Risco de Crédito do Banco Central avaliar se um banco atua de maneira temerária no mercado.

PÁGINA 3

Audiência da CAS discute bingos

PÁGINA 3

SENADO VOTA REGRAS PARA PROPAGANDA ELEITORAL

O Senado vota em turno suplementar, amanhã, substitutivo a projeto que dispõe sobre o acesso a recursos do fundo partidário e ao horário de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV.

PÁGINA 2

O plenário vota também proposta que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito sobre as terras que ocupam



Plenário vota em turno suplementar nova regra para propaganda eleitoral

Substitutivo propõe que, a partir de 2002, seja exigida votação mínima para que partidos tenham tempo no rádio e na TV, mas permite que eles se organizem em federações

O plenário do Senado vota em turno suplementar, amanhã, substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) a projeto de José Agripino (PFL-RN) que dispõe sobre o acesso a recursos do fundo partidário e ao horário de propaganda eleitoral no rádio e na TV. O texto estabelece que os partidos poderão se organizar em federações, já a partir de 2002, para a contagem dos votos necessários para se beneficiar com percentuais desse fundo e para o cálculo do tempo de propaganda gratuita.

O substitutivo seria votado no dia 28

de outubro, mas voltou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em razão de emenda de plenário do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que pretendia adiar para 2010 a entrada em vigor dessa lei. A emenda foi rejeitada na CCJ, que aprovou parecer apresentado por Lobão.

Também amanhã, será votado em primeiro turno proposta de emenda



José Agripino é o autor do projeto que deu origem ao substitutivo de Lobão

constitucional de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam. No mesmo dia, o plenário delibera, em turno suplementar, sobre substitutivo de Roberto Saturnino (PSB-RJ) a pro-

jeito de Luiz Estevão (PMDB-DF) que disciplina as transferências de recursos da União para o Distrito Federal.

Na quarta-feira, o Senado vota em segundo turno substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) às alterações feitas pela Câmara na proposta de emenda constitucional que impede a reedição de medida provisória e que dá nova disciplina à sua análise pelo Congresso.

A matéria foi aprovada em primeiro turno pelos senadores no último dia 17, com 64 votos favoráveis e nenhum contrário.

Congresso aprecia medidas provisórias

O Congresso Nacional realiza sessão conjunta amanhã, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, com a finalidade de apreciar medidas provisórias.

Ulysses Guimarães passa a dar nome à rodovia BR-232

O nome do ex-presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, passa a denominar a rodovia BR-232, que se estende do litoral de Santa Catarina até a fronteira com a Argentina. Projeto de lei estabelecendo a homenagem foi sancionado sexta-feira pelo presidente da República. O senador Gerson Camata (PMDB-ES) relatou a matéria no Senado.



SEGUNDA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 1999

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Substitutivo ao "PLS nº 180/99, que acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 9.096/95, de modo a permitir a criação de federação de partidos políticos, revoga o art. 57, para permitir a vigência imediata do art. 13 da referida lei, e altera a redação do parágrafo 2º do art. 47 da Lei nº 9.504/97; Segundo dia de discussão, em segundo turno, da "PEC nº 1-A/95, que institui novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias; quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da "PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades; "PDL nº 114/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Galáxia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Fabriciano (MG); "PDL nº 119/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Minas Gerais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Conselheiro Lafaiete (MG); "PDL nº 130/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora Trabalhista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubá (MG); "PDL nº 135/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Meridional Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cachoeira do Sul (RS); substitutivo ao "PLS nº 13/99 — Complementar, que altera a Lei Complementar nº 82/95, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre o cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal; e "Requerimento nº 692/99, do senador Tião Viana, solicitando o desapensamento do PLC nº 27/98 dos PLCs nºs 63 e 69, de 1996.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da "PEC nº 1-A/95, que institui novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias; "PDL nº 20/98, que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio sobre Facilitação de Atividades Empresariais, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da República Oriental do Uruguai; "PR nº 68/99, que dá nova redação ao inciso VIII do art. 13 da Resolução nº 78/98 (operações de crédito), tramitando em conjunto com o "PR nº 88/99, que dá nova redação ao inciso VIII do art. 13 da Resolução nº 78/98 (operações de crédito).

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "PLC nº 104/96, que dispõe sobre a redução de despesas cartorárias com as escrituras públicas e os registros imobiliários para a aquisição de imóvel construído pelo sistema de mutirão nos programas habitacionais para famílias de baixa renda; "PLC nº 57/97, acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos; "PDL nº 21/99, que aprova o texto do Convênio de Cooperação Educativa, celebrado entre o Brasil e a Argentina.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: "PLC nº 59/97 — Complementar, que dispõe sobre a emissão e resgate de títulos da dívida pública dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; "PLS nº 464/99 — Complementar, dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 91/97, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios; "PLS nº 270/99, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústrias; "PLS nº 55/99 — Complementar, altera a redação do parágrafo 2º do art. 15 da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; "PLS nº 173/99, acrescenta o inciso V ao art. 94 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre política agrícola; "PLS nº 242/99 — Complementar, que dá nova redação ao inciso II do artigo 151 do Código Tributário Nacional; "PLS nº 581/99 — Complementar, dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 15 da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; "PLS nº 359/99, altera o prazo de financiamento pelo Fundo Geral de Turismo (Fungetur) para a construção de hotéis de turismo; e "PLS nº 348/99 — Complementar, autoriza a captação de recursos no mercado externo para aplicações na atividade rural. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h — Subcomissão do Idoso

Pauta: Audiência pública com o diretor da Universidade Aberta para a Terceira Idade, Renato Peixoto Veras, que irá prestar informações e apresentar proposições com relação às ações de segurança, abrangendo os aspectos econômico, social, cultural, moral e recreativo e atos de assistência e defesa da saúde do idoso. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: "PLC nº 55/99, altera dispositivo da Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto; "PLS nº 382/99, que estabelece a gratuidade de livros didáticos para alunos da rede pública; "PLS nº 420/99, que inclui, no currículo do ensino médio, a disciplina cidadania, direitos e garantias individuais, e adota providências correlatas; "PLS nº 339/99, denomina "Mário Gurgel" o trecho da BR-262, entre o Bairro Jardim América e o Trevo da Ceasa, no município de Cariacica (ES); "PLS nº 340/99, dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano; "PLS nº 512/99, denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho que especifica da rodovia BR-020; "PLS nº 218/99, denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo (Uned) de Colatina; "PLS nº 360/99, denomina "Governador Edmundo Pinto" trecho da rodovia BR-364; "PLS nº 22/99, denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174; "PLS nº 529/99, institui o Dia do Advogado, a ser celebrado em 11 de agosto; e os "PDLs nºs 156/99, 77/95, 63/94, 116/95, 231/99, 193/99, 29/94 e 246/99, que aprovam os atos que renovam e outorgam a concessão para explorar serviços de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

Após Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 72/95, que disciplina anúncios de oferta de emprego; "Diversos nº 28/98, encaminha ao Senado expedientes propondo os anteprojeto do Código Deontológico de Instrumentadores Cirúrgicos (Codic) e sugestões no sentido de que o dia 6 de maio seja considerado o Dia Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos; "PLS nº 66/99, que institui a Linha Oficial de Pobreza e estabelece que o governo federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza e diminuição de desigualdades socioeconômicas; "PLS nºs 322 e 324, de 1999 (tramitação conjunta) — decisão terminativa, acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; "PLS nº 434/99 — decisão terminativa, que altera o art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para aumentar, em cada atividade, a proporcionalidade de empregados brasileiros; "PLS nº 494/99 — decisão terminativa, que dispõe sobre o exercício da profissão de taxista; "PLS nº 347/99, decisão

terminativa, que exclui do salário de contribuição para a Previdência Social os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação; "PLS nº 200/99, que dispõe sobre a apuração de falta grave para efeito de dispensa do empregado sindicalizado; "PLS nº 572/99 — decisão terminativa, que dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo urbano para crianças nos casos que especifica; "PLS nº 542/99 — decisão terminativa, altera o artigo 20 da Lei nº 8.742, que dispõe sobre benefício a pessoa idosa ou portadora de deficiência; e "PLS nº 258/99 — decisão terminativa, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirurgia, e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com o ex-funcionário do Indesp João Elias Cardoso; o delegado da Polícia Federal, Luiz Fernando Ayres Machado; e o jornalista Juca Kfour, tendo como finalidade prestarem informações sobre o esquema de corrupção relacionado com a abertura de salões de bingos eletrônicos no país. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: "PLC nº 40/99, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza; "PEC nº 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; emendas nºs 1 a 3 da Câmara dos Deputados oferecidas ao "PLS nº 81/99, que dispõe sobre anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1998; "PLS nº 113/99, que proíbe a criação, reprodução, importação e comércio de cães da raça pit bull; "PLS nº 536/99, que altera dispositivos da Lei nº 4.898/65 e da Lei nº 8.429/92; "PLS nº 205/99 — terminativo, que acrescenta o parágrafo 1º ao artigo 9º da Lei nº 4.591/64, emendas de Plenário nº 2, 3 e 4 ao "PLS nº 23/98 — Complementar, que autoriza o Poder Executivo a incluir municípios de Minas Gerais situados no entorno do Distrito Federal na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal; "PLS nº 82/99 — não terminativo na CCJ, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania e instituir o conselho deliberativo desse fundo; "PLS nº 213/99, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90; "PLS nº 30/99 — terminativo, altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição federal, institui normas para licitações e contratos de administração pública; "PLS nº 32/99 — terminativo, que altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal); "PLS nº 162/99 — terminativo, que dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de seqüestro, tramita em conjunto com "PLS nº 288/99 — terminativo, que dispõe sobre a indisponibilidade dos bens de vítimas de seqüestro e de extorsão mediante seqüestro de seus familiares; e "PLS nº 309/99 — terminativo, que dispõe sobre o arresto de bens de pessoas seqüestradas, cônjuge, parentes e afins que com ela conviviam. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

ESPECIAL

Quarta-feira

18h30 — Lançamento do livro *O Dinheiro Brasileiro*, com a presença do presidente do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães, e do presidente do Banco Central, Arminio Fraga Neto. *Salão Negro do Congresso Nacional*

Quinta-feira

8h às 18h — Exposição em comemoração ao Dia Internacional de Prevenção à Aids. *Espaço Cultural do Saguão do 1º andar do Anexo II*

11h — Lançamento nacional da série Perfis Parlamentares Gaúchos, com a presença do deputado Paulo Odone Ribeiro, presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e do senador Pedro Simon; e abertura da exposição fotográfica "O Rio Grande dos Anos 20: Homens Políticos e suas Revoluções". *Biblioteca do Senado*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Uma comissão para fiscalizar o mercado

CPI dos Bancos sugere vários mecanismos para aprimorar a fiscalização financeira no país. Entre eles, a criação de comissão permanente de acompanhamento no Senado

O relatório final da CPI do Sistema Financeiro, aprovado na última quinta-feira, propõe mecanismos de aprimoramento da fiscalização financeira no país. As propostas deverão ser encaminhadas, conforme o relatório, através de sete projetos de lei e duas resoluções do Senado. Uma destas resoluções cria uma Comissão de Acompanhamento do Sistema Financeiro, com equipes técnicas especializadas.

A nova comissão permanente teria a incumbência de acompanhar e opinar sobre a política financeira, inclusive convocando o presidente do Banco Central a cada seis meses para uma audiência pública, na qual ele seria questionado sobre os rumos da política econômica. Já os presidentes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do BNDES seriam convoca-



Senador João Alberto, relator da CPI do Sistema Financeiro

dos trimestralmente pela comissão.

Conforme o relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), o contato do Congresso com o sistema financeiro tem ocorrido "de forma negativa", sob o impacto de escândalos que produzem CPIs. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem se dedicado mais ao relacionamento financeiro da União com os estados e os municípios e assuntos gerais, como agricultura e energia. Com isso, o Congresso "não tem sido eficiente" no acompanhamento dos temas financeiros, "marcados por mudanças rápidas em um ambiente de progressiva complexidade".

Um dos projetos de lei propostos ao Congresso pela CPI dos Bancos muda a lei das sociedades por ações para exigir que nenhuma empresa possa emitir

debêntures que ultrapassem a 100% do seu patrimônio líquido. Nas suas investigações, a CPI encontrou uma empresa ligada ao Banco Marka (Teletrust) que provocou grandes prejuízos por ter emitido debêntures em valor muitas vezes superior ao seu capital.

Outra proposta regulamenta a prestação de informações por parte de empresas ao Sistema Central de Risco de Crédito, do Banco Central. Entre outras coisas, o projeto estabelece que não constitui quebra de sigilo bancário, fiscal ou comercial a remessa de dados ao Sistema de Risco, que avalia se uma instituição financeira está operando de forma temerária. Atualmente, este sistema enfrenta dificuldades para receber dados, porque os bancos argumentam que as informações solicitadas são protegidas pelo sigilo.

A CPI proporá ainda a aprovação de um projeto que obriga as sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, a publicarem demonstrações financeiras, acompanhadas de notas

explicativas. O relator afirma que essas empresas, por não serem estruturadas na forma de sociedades anônimas, não divulgam dados necessários para que investidores tenham acesso à sua efetiva situação financeira.

Outra proposta prevê que os compradores de imóveis em construção poderão optar por um seguro-garantia, que evitará prejuízos caso a construtora entre em dificuldades. A CPI investigou as relações do Banco do Brasil com a Encol e concluiu que o seguro teria evitado prejuízos a milhares de clientes da construtora. De acordo com a proposta, metade do seguro será paga pela construtora e a outra metade pelo comprador do imóvel.

Por último, o relatório da comissão de inquérito prevê a apresentação de um projeto de lei para permitir que um representante do Tribunal de Contas da União participe de todas as reuniões do Conselho Monetário Nacional, mas sem direito a discutir ou votar matérias.

Bezerra quer taxar empresas que foram privatizadas

Sob o argumento de que a economia e a população estão sendo "pesadamente bombardeadas" por repetidos aumentos nas tarifas de energia elétrica, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu que o governo brasileiro adote medida idêntica à que foi tomada pelo primeiro-ministro da Inglaterra, Tony Blair: diante dos lucros extraordinários auferidos pelas empresas estatais privatizadas, taxou-as com um imposto novo, também extraordinário:

— Em nosso caso, poder-se-ia acrescentar uma feição a mais na imposição de um imposto sobre lucros extraordinários: a isenção desse imposto para as empresas que baixassem voluntariamente suas tarifas. Assim, revertendo a favor dos consumidores de cada empresa, compensatoriamente, os lucros obtidos em uma situação de desequilíbrio injusto entre os legítimos interesses de consumidores e de empresas — sugeriu Carlos Bezerra.

Para o senador, os aumentos nas tarifas de energia — num momento em que o poder aquisitivo da população está caindo — decorrem da desvalorização do real, ocorrida no início deste ano, e, principalmente, de alguns procedimentos seguidos para tornar atraentes as empresas a serem privatizadas e que se revelam agora como verdadeiras armadilhas para o consumidor.

Entre esses benefícios nos contratos de concessão, Carlos Bezerra apontou o prazo de cinco anos para que a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica, reguladora do setor) promova a avaliação dos custos reais do serviço e só então repasse os ganhos de eficiência aos consumidores, favorecendo-os com redução de tarifa.

Além disso, conforme o senador, as novas controladoras passaram a ter diversos direitos que asseguram que, nesse período de cinco anos, as tarifas só poderão subir, jamais baixar. Um exemplo é que os custos administrativos das empresas contidos nas tarifas ficaram indexados ao IGPM — índice muito influenciado pelos preços no atacado —, que neste ano deverá ter aumento de cerca de 20%, contra 10% da inflação dos preços ao consumidor. As empresas também têm o direito de repassar ao consumidor os custos que não dependem de sua gestão direta, como a energia a grosso comprada das empresas geradoras.



Bezerra citou exemplo do primeiro-ministro inglês Tony Blair

CAS discute bingos e idosos nesta semana

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza duas audiências públicas nesta semana, devendo debater as denúncias de corrupção relacionadas com a abertura de salões de bingos eletrônicos e as ações de seguridade para idosos.

A audiência pública destinada a discutir a seguridade será realizada amanhã, às 11h, quando o assunto será debatido com o diretor da Universidade Aberta para a Terceira Idade, Renato Peixoto Veras. Na quarta-feira, às 9h, a CAS ouve João Elias Cardoso, ex-funcionário do Indesp; Luiz Fernando Ayres Machado, delegado da Polícia Federal, e o jornalista Juca Kfourri, que deverão falar sobre os bingos eletrônicos.

Amanhã, depois da Ordem do Dia, a comissão examina uma pauta de 14 itens, entre eles projeto originário da Câmara que disciplina os anúncios de oferta de emprego, e proposta da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que altera a CLT para aumentar a proporcionalidade de empregados brasileiros nas atividades econômicas.

Também estão na pauta projetos de Eduardo Suplicy (PT-SP) — instituindo uma linha oficial de pobreza e determinando que o governo definirá metas, ao longo do tempo, para conseguir erradicar a miséria e diminuir as desigualdades socioeconômicas — e do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que dispõe sobre o exercício da profissão de taxista.

Investigações da CPI do Judiciário já produziram primeiros efeitos positivos

As investigações da CPI do Judiciário produziram reflexos imediatos não só no âmbito do Poder Judiciário, mas na própria sociedade. A constatação é do relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), que entre as conclusões do relatório final da comissão, aprovado quinta-feira passada, enumerou vários exemplos de modificações influenciadas pelas investigações.

O primeiro exemplo de reflexo imediato citado no relatório da CPI partiu do Tribunal de Contas da União, que exigiu um ressarcimento ao erário de R\$ 169,4 milhões dos ex-presidentes do TRT-SP Nicolau dos Santos Neto e Délvio Buffulin e do engenheiro responsável pela fiscalização da obra do Fórum Trabalhista de São Paulo, Antonio Carlos da Gama e Silva.

Com relação ao caso do TRT da Paraíba, o Tribunal Superior do Trabalho, depois de vários anos, voltou a examinar as denúncias de superfaturamento e improbidade administrativa na construção do novo prédio do fórum no estado.

A ação da comissão parlamentar de inquérito do Senado também possibilitou que a 2ª Vara Cível de Brasília anulasse a venda



Cópias dos relatórios setoriais votados pela CPI estão disponíveis para consulta na Internet

do Consórcio Itapemirim, uma das mais importantes empresas deixadas pelo pai do menor Washington Nominatto, que teve sua herança dilapidada durante o processo de inventário.

A atuação da CPI também influenciou no processo da falência da Encol. O juiz que cuidava do caso e o síndico responsável pela massa falida foram substituídos. Quanto à indenização bilionária a que foi condenado o Banco da Amazônia S/A (Basa), a sentença foi anulada pelo Tribunal de Justiça do Pará, lembra o relator.

O relatório aprovado pelos senadores também relaciona, entre os fatos que receberam interferência direta ou indireta da comissão, a aprovação no Senado de proposta de emenda constitucional que extingue a figura de juiz classista; a suspensão do pagamento de determinadas gratificações a ocupantes de cargos em comissão no TRT do

Maranhão; e a suspensão da construção da nova sede do Tribunal Regional do Trabalho do Piauí, em Teresina.

Entre vários outros fatos, o relator Paulo Souto também citou a intensificação da reforma do Judiciário na Câmara dos Deputados, maior apoio à tese do controle externo do Poder Judiciário e a recomendação do Tribunal Superior Eleitoral aos 24 tribunais regionais para que não iniciassem obras de construção de novas sedes.

As cópias dos relatórios setoriais referentes aos nove casos investigados pela CPI do Judiciário já podem ser acessadas através da página do Senado na Internet (www.senado.gov.br). Todos eles foram aprovados por unanimidade pelos membros da comissão. Logo que o relatório final receber as alterações propostas pelos senadores na última reunião da CPI, ele também poderá ser lido na *homepage*.

Nabor pede mais proteção à mulher

Senador fez um apelo em plenário para que os atos de violência, praticados em todas as classes sociais, sejam denunciados e apurados pelas autoridades competentes

ACM e Fraga vão ao lançamento do livro *O Dinheiro Brasileiro*

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, participam na quarta-feira do lançamento do livro *O Dinheiro Brasileiro – desde a criação do Banco Central 1964-1999*, publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado. A solenidade será realizada às 18h30, no Salão Negro do Congresso Nacional.



Lúcio Alcântara apresentou parecer favorável

CCJ aprecia criação de fundo contra a pobreza

A proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães, que cria um Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, será examinada na reunião de quarta-feira da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O parecer do relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é favorável à iniciativa, que inspirou proposta semelhante aprovada pela Comissão Mista pela Erradicação da Pobreza.

A CCJ também decide sobre anistia a multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1998; a criação, reprodução, importação e comércio de cães Pit Bull; e a inclusão de municípios mineiros na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. Delibera ainda sobre projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que cria o Fundo Brasil de Cidadania.

Na mesma reunião, a CCJ vai decidir sobre projetos tornando indisponíveis os bens de vítimas de seqüestro e de extorsão mediante seqüestro, assim como sobre o arresto dos bens do seqüestrado. De autoria dos senadores Luiz Estevão (PMDB-DF), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Álvaro Dias (PSDB-PR), os projetos têm pareceres contrários dos relatores.

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu na sexta-feira a ampliação dos mecanismos nacionais de proteção à mulher. O parlamentar fez um apelo para que todos os atos de violência contra a mulher sejam denunciados e apurados pelas autoridades competentes.

Nabor Júnior lamentou que apenas dois senadores, Francelino Pereira (PFL-MG) e Emília Fernandes (PDT-RS), tivessem destacado a passagem do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, no dia anterior, em plenário. Para ele, isso foi “muito pouco, em face de sua relevante importância no atual contexto social da humanidade”.

O senador lembrou antigos ditames populares que enaltecem o silêncio das mulheres frente às agressões, mas destacou que a situação “mudou radicalmente”:

– Hoje, as vítimas da violência doméstica são incentivadas a denunciar seus agressores; existem delegacias especializadas no atendimento dos crimes cometidos dentro de casa; todos



Nabor Júnior lembrou ainda ser comum, em cidades turísticas, a exploração sexual de menores

os organismos internacionais se voltam para orientar governos e entidades não-governamentais, no combate àquela triste prática – afirmou o senador.

Nabor disse ainda que pesquisas atestam que a violência contra a mulher atinge todas as classes sociais, mas “a chamada elite procura ser mais discreta e evita levar às delegacias as

explosões de agressividade ocorridas no âmbito doméstico”. Ele disse que a causa da “paz no lar” adquiriu tamanha importância que tem sido defendida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo papa João Paulo II. E citou pesquisa da ONU publicada pelo Centro Feminino de Estudos e Assessoria (CFEMEA), segundo a qual as ameaças representam 16,4% dos crimes denunciados enquanto as agressões concretas chegam a 26,2%.

O senador lembrou ser comum no Brasil a exploração sexual de menores, principalmente nas grandes cidades e nos pólos turísticos voltados para visitantes estrangeiros. Ele mencionou também atos de violência em outras partes do mundo. Citou o jornal *Persona*, que, em sua edição de novembro, informa que 97% das mulheres egípcias tiveram o clitóris extirpado, prática comum em outros 28 países africanos e do Oriente Médio. Em Bombaim, na Índia, 95% dos abortos voluntários são de fetos do sexo feminino, registrou ainda Nabor.

Tião Viana elogia a atuação do reitor da UnB

A atuação do reitor da Universidade de Brasília (UnB), Lauro Morhy, foi destacada na sexta-feira pelo senador Tião Viana (PT-AC). De acordo com o senador, Morhy tem se notabilizado por sua luta em favor de um ensino universitário com ampla repercussão social e comunitária, levando professores e alunos a participarem de programas até mesmo fora do Distrito Federal.

Nascido em Rondônia, Morhy tem se mostrado sensível aos problemas e carências da região amazônica, segundo Tião Viana. Não só o estado natal do reitor, mas outros, como o Acre, têm se beneficiado de convênios firmados com a UnB. No caso do Acre, a UnB desenvolve um programa de medicina social e familiar – o Saúde em Família – em cooperação com

a Secretaria de Saúde, atingindo 70% dos municípios.

– Pessoas que nunca haviam visto um médico em suas vidas hoje os encontram pelas ruas, em suas bicicletas, logo que o sol nasce – disse Tião Viana, que citou a presença da UnB também nos estados de Pernambuco e do Rio de Janeiro.

O senador incorporou ao seu discurso artigo publicado na *Folha de S. Paulo* do último dia 15 pelo jornalista Rui Nogueira, em homenagem aos dois anos completados por Morhy à frente da Reitoria da UnB. “Morhy rejeita a instrumentalização partidária do espaço político universitário e trava o bom combate contra o corporativismo”, diz o jornalista. Nogueira também chama a atenção para a estratégia de Morhy com re-



Tião Viana disse que Lauro Morhy tem se mostrado sensível aos problemas da Amazônia

lação à sobrevivência da universidade pública: levá-la para fora dos muros do *campus*, o que exige, segundo o reitor, que a universidade seja autônoma e, portanto, não sujeita ao “cabresto” da área econômica do governo.

– É um artigo extremamente lúcido num momento em que, por causa de mudanças globais, o debate está em refluxo e a universidade está em crise – elogiou Tião Viana.

Interlegis será tema de seminário em Salvador

O Prodasen (Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado) realiza em Salvador (BA), no período de 29 de novembro a 1º de dezembro, o I Seminário Nacional Interlegis. O objetivo do evento é divulgar o projeto Interlegis, uma rede de computadores que vai conectar Senado, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais.

O projeto vai permitir ao cidadão comum monitorar a atividade legislativa, enviar aos parlamentares a avaliação do trabalho que vem sendo executado e apresentar sugestões e críticas.

Entre os palestrantes do seminário, estão os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Casa, Geraldo Melo (PSDB-RN) e Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), e

os deputados Michel Temer (PMDB-SP), presidente da Câmara, e Júlio Semeghini (PSDB-SP).

O Interlegis é único no mundo e o primeiro a contar com o aval do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que vai investir US\$ 25 milhões no projeto, metade do custo total, orçado em US\$ 50 milhões. Os outros US\$ 25 milhões serão financiados pelo governo federal.



Álvaro Dias observa que apenas 13% dos recursos foram para o setor em 98

BNDES poderá ampliar o financiamento à agroindústria

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), reúne-se amanhã, às 10 horas, para apreciar, entre outras matérias, parecer favorável a projeto apresentado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que torna obrigatória a aplicação de no mínimo 22% dos recursos do BNDES no financiamento de projetos do setor de agroindústria. Pelo projeto, este setor é entendido como incluindo apenas os ramos de agropecuária e alimentos. A decisão da CAE é de caráter terminativo.

Segundo o autor do parecer, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a fixação do percentual “em relação aos desembolsos totais do Sistema BNDES deverá provocar um impacto extremamente positivo na atividade agroindustrial, gerando outros efeitos desejáveis, como a fixação do trabalhador no campo, aumento do emprego e renda fora dos grandes centros e geração de divisas com exportação”.

Na justificativa de seu projeto, Álvaro Dias observa que, em 1994, a agroindústria registrou uma participação de 29% nos financiamentos concedidos pelo BNDES, percentual reduzido para 13% em 1998.

Outra matéria constante da pauta da CAE é o parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto de lei complementar apresentado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR) que amplia de cinco para dez anos o prazo para a redução dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A proposta modifica lei complementar de 1997 que determinou a redução dos coeficientes de municípios cuja população era menor que a inicialmente estimada. Pela lei vigente, os municípios que obtiveram ganhos adicionais por terem a população superestimada teriam o FPM submetido a um redutor financeiro aplicado à razão de 20%, cumulativamente, de 1999 a 2003. Na alteração proposta por Osmar Dias, o redutor financeiro é fixado em 10%, de modo que a correção na distribuição do FPM seria encerrada em 2008, quando o redutor atingiria 100%.